

Iniciativa Grandes Obras na Amazônia – Aprendizados e Diretrizes
**GT Grupos Vulneráveis e Direitos Humanos – Foco em Crianças,
Adolescentes e Mulheres**

Relato - Terceira reunião de trabalho

Brasília, 23 de junho de 2016

O terceiro encontro do grupo de trabalho com foco em crianças, adolescentes e mulheres (CAM) deu continuidade à construção dos conteúdos que irão embasar as diretrizes. A partir da matriz de responsabilidades (ainda em construção), que apresenta os direitos, impactos e vulnerabilidades referentes ao grupo CAM, foi proposta uma forma de organizar os detalhamentos da matriz em grandes temas: (i) Avaliação de Impacto em Direitos Humanos, (ii) Aprimoramento dos Equipamentos Sociais, (iii) Gestão Empresarial para Controle de Impactos e (iv) Participação, com a participação de crianças, adolescentes e mulheres em todos esses temas e processos – ou seja, esse último item é transversal aos anteriores.

A **Avaliação de Impacto em Direitos Humanos (AIDH)** surge a partir da provocação que a matriz traz ao olhar para os direitos e vulnerabilidades no território. As etapas de diagnóstico e prognóstico permitem uma avaliação mais precisa e extremamente necessária sobre os riscos identificados referentes à atuação de um grande empreendimento. Com conhecimento sobre esses riscos, é imperante que sejam traçadas medidas para evitá-los e um plano para mitigar e remediar violações, caso aconteçam. A proposta do GT para esse tema é especificar o que deve ser considerado numa AIDH e como deve ser realizada, considerando diferentes etapas do processo.

O **aprimoramento dos equipamentos sociais** é outro tema que aparece com relevante destaque sobre os elementos da matriz, e se organiza em (i) elementos organizacionais (estrutura, equipe e recursos), (ii) elementos temporais (antes, durante e depois do empreendimento) e (iii) elementos obrigacionais (o que

competem ao Estado, Empresa, Financiadores, Sociedade Civil). Fortalecer a rede de proteção, integrar atores e políticas, e reconhecer que existe uma carência técnica de profissionais para atuação na área são passos essenciais para avançar nesse tema.

E para dar conta do olhar interno sobre as empresas, o tema da **gestão empresarial para controle de impactos** lança luz na adequação das práticas nessa questão. É preciso que as empresas repensem continuamente assuntos como, por exemplo, jornada de trabalho, mecanismos e canais de denúncia, proteção dos vínculos familiares, comunicação com sociedade civil e responsabilização da cadeia, que possuem relações diretas e indiretas com a decorrência de possíveis violações e situações de vulnerabilidade social às CAM.

A pergunta “**quem participa e de que forma?**” é transversal aos temas apresentados e reivindica a participação efetiva de CAM em momentos específicos do processo de um grande empreendimento, desde a AIDH até o monitoramento da situação de CAM no território.

É importante considerar que todas as recomendações sobre a construção de diretrizes têm como foco a Amazônia e isso requer que especificidades devem ser incorporadas, considerando as fortalezas e as fraquezas do território, com um olhar cuidadoso para o que funciona de forma particular ou de acordo com a organização social do local.

O GT agora segue suas trocas de forma virtual até 23/julho, com um contínuo aprimoramento sobre a matriz de responsabilidades e a construção das diretrizes. O próximo encontro da iniciativa que abordará esse tema é o Fórum Integrador, dia 09/agosto em Belém.

QUEM PARTICIPOU

Participaram da reunião: Assis Oliveira e Flávia Scabin (consultores independentes/GVCes); Marcos Dal Fabbro, Graziela Azevedo e Letícia Arthuzo

(GVCes); Laura Oller e Diogo Bardal (International Finance Corporation – IFC); Ana Correia (Caixa); Frandson Costa (Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente de Altamira – CMDCA); Helena Piombini (Terra dos Homens); Leila Silva (Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoa da SEJUDH/PA); Lígia Neves, Erika Davies e Maria Emília de Souza (Itaipu Binacional); Lucimara Cavalcante (Associação Internacional Maylê Sara Kalí – AMSK/Brasil); Fabiane Turisco (Pronatura); Maria Assunta Pedrosa (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB); Maílson Cruz (estudante); Sonia Maria dos Santos Silva (Petrobras); Maria Inês Miranda (Odebrecht); Cláudia Calais e Juliana Santana (Fundação Bunge).

Sobre a iniciativa

O Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) e a International Finance Corporation (IFC) partem da convicção de que é possível aprimorar a trajetória de instalação e operação grandes empreendimentos na Amazônia. Com base em um amplo diálogo, no qual já se engajaram mais de 50 organizações, de diversos setores, a iniciativa busca consolidar aprendizados e propor diretrizes orientadas pela promoção do desenvolvimento local.

O processo organiza-se em grupos de trabalho temáticos: Agendas de Desenvolvimento Territorial; Instrumentos de Financiamento; Grupos Vulneráveis e Direitos Humanos (foco em Crianças, Adolescentes e Mulheres; e em Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e Quilombolas); Capacidades Institucionais e Articulação das Políticas Públicas; e Ordenamento Territorial e Biodiversidade.

Os grupos vêm produzindo documentos com subsídios para as discussões e para a realização de oficinas temáticas. O acúmulo desses apontamentos será debatido em seminários específicos e fóruns, que devem resultar em um conjunto de orientações com alto grau de aplicabilidade. A contínua articulação institucional e promoção de diálogo almejam que todo o processo possa inspirar aprimoramento das práticas empresariais, bem como das políticas públicas, e fortalecer o debate pela sociedade civil.

Quer participar?

Entre em contato:

Graziela.azevedo@fgv.br

(11) 3799-3502

Saiba mais:

www.gvces.com.br/grandes-obras-na-amazonia